

# «Uma Cidade das Crianças é uma Cidade Brincável»: entrevista com Francesco Tonucci\*

Camile Pazda Fagundes Valério\*\*

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil (a)

---

\* Entrevista realizada como parte da Pesquisa de Mestrado (em andamento) *Participação Social das Crianças nos Espaços Públicos das Cidades: Uma análise a partir da proposta do Projeto 'Cidade das Crianças' de Francesco Tonucci*, realizada na Universidade Federal do Paraná (UFPR - Brasil). Início: 31 de março de 2019, Término: dezembro de 2021. Área de conhecimento: Educação. Subárea: Diversidade, Diferença e Desigualdade Social.

\*\* Psicóloga, graduada pela Universidade Positivo (Brasil). Mestranda em Educação, pela Universidade Federal do Paraná (Brasil). Orcid: 0000-0003-2930-7180. Correio electrónico: [camile.p.fagundes@gmail.com](mailto:camile.p.fagundes@gmail.com)

## Apresentação

Desde a promulgação da Convenção dos Direitos das Crianças, pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, a Participação Infantil é reconhecida enquanto direito, e tem se tornado tema de interesse nas investigações e debates no campo dos Estudos da Infância. Diante das configurações presentes nos centros urbanos contemporâneos, pensados por e para adultos, considerando principalmente as atividades economicamente produtivas, o tema ganha especial relevância. Como uma resposta à esse cenário, em 1991, nasce em Fano, na Itália, o Projeto *Città dei Bambini* (Cidade das Crianças), proposto pelo Professor Francesco Tonucci.

Tonucci é pedagogo, pesquisador do Instituto de Psicologia do Conselho Nacional de Pesquisa Italiano (Consiglio Nazionale delle Ricerche), e desenhista. Como desenhista, publica charges utilizando o pseudônimo Frato, nas quais aborda, de maneira crítica e divertida, os múltiplos cenários e situações que compõem a vida das crianças. É autor de diversas obras, destinadas às questões das infâncias vividas nas cidades contemporâneas, no contexto escolar e familiar, com destaque as edições em língua espanhola: *La ciudad de los niños*, *Con ojos de niño*, *Apuntes sobre educación*, *Con ojos de niña*, *La soledad del niño*, *Enseñar o aprender*, *El Consejo de los niños*, *Vida de clase*, *Los niños y las niñas piensan de otra manera*, *Manual de guerrilla urbana*, *A la escuela vamos solo*, *¿Puede un virus cambiar la escuela?*; publicadas pela Editora Losada, na Argentina, onde sua obra é amplamente divulgada. E em língua portuguesa: *A solidão da criança*, *Cartas a uma criança que vai nascer*, e *Quando as crianças dizem «Agora Chega!»*

O Projeto *Città dei Bambini*, tem como principal objetivo promover transformações nos parâmetros adotados pelos governos das cidades, incluindo as crianças de forma ativa na administração pública e no planejamento urbano. Pela participação das crianças, possibilitar que elas se apropriem dos espaços públicos, que possam circular pela cidade, e que essa seja também lugar do brincar livre. Hoje o Projeto está presente em mais de 200 cidades, na América Latina são aderentes: Querétaro, no México; Caracas, Venezuela; Medellín, Colômbia; Montevideo, Uruguai; Miraflores e Lima, no Peru; mais recentemente, Jundiaí, Brasil; e na Argentina, onde o projeto de estabeleceu desde 1996

na cidade de Rosário, abrangendo mais tarde as cidades de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba<sup>1</sup>.

A entrevista foi realizada em fevereiro de 2021, através de uma plataforma de vídeo conferência, no idioma italiano, contando com auxílio para tradução simultânea<sup>2</sup>. Os temas abordados, compreenderam a trajetória do Projeto nesses 30 anos de existência, as concepções que o fundamentam, a metodologia empregada para escuta das crianças, a importância das experiências do brincar livre e de autonomia, o envolvimento da iniciativa privada e da iniciativa pública para promoção da participação das crianças nas cidades, assim como os desafios para efetivá-la, especialmente nos grandes centros urbanos. A conversa se encontra sintetizada para esta publicação.

**Camile Pazda Fagundes Valério (C. P. F. V.):** Poderia contar, em síntese, no que consiste o Projeto *Città dei Bambini*, como surgiu o seu interesse, e como foi o início da implementação do Projeto?

**Francesco Tonucci (F. T.):** Esse projeto está completando 30 anos este ano, nasceu em 1991, em minha cidade natal, Fano, que é uma cidade com 60000 habitantes na Costa Adriática da Itália. Nasceu, inicialmente, não por um interesse pessoal, mas sim por uma demanda da Comuna de Fano, tendo em conta que, em 1991, a Itália ratificou a Convenção sobre os Direitos das Crianças. A Comuna de Fano organizou uma semana dedicada à infância, chamada de *A Cidade das Crianças*, o nome, portanto, não foi inventado por mim. Eu aceitei ser o diretor científico dessa iniciativa, com uma condição: ao invés de esse ser um evento anual, de uma semana dedicada à infância, que fosse um projeto, que tivesse uma filosofia e que tivesse como objetivo a mudança da cidade.

É um Projeto que tem como objetivo a mudança da cidade, para que se torne uma cidade de todos, e não só de alguns.

Fazendo uma avaliação de como é formada a cidade moderna, minha análise leva em consideração, como ponto de partida, o pós-guerra, da última guerra mundial, que durou até 1945. As cidades europeias foram destruídas pela guerra, e quando foram reconstruídas, elas não foram pensadas para todos os cidadãos, mas apenas para um cidadão que eu chamo de cidadão parâmetro, que é a referência, que é um homem, adulto, trabalhador; essas são as características do cidadão tido como modelo. Então, é uma cidade que não tem em conta as exigências das mulheres, das crianças, dos idosos, dos pobres,

---

<sup>1</sup> Informações disponíveis no site do Projeto: <https://www.lacittadeibambini.org>

<sup>2</sup> Tradutor: Marco Palumbo, colega italiano residente no Brasil.

ou seja, a maioria da cidade não é reconhecida. A proposta do projeto é mudar o parâmetro, repensar a cidade assumindo a criança como o parâmetro. E o que significa tomar a criança como parâmetro? Significa, primeiro, reconhecer-lhe como cidadã, e não como futura cidadã. Esse é o primeiro princípio, reconhecer que se as crianças são cidadãs de hoje, precisamos aceitá-las com a sua diversidade.

O segundo passo de nosso projeto, é aceitar que as crianças participem da vida na cidade, ou seja, a participação é o modo com o qual a criança entra na política, e entra de dois modos principalmente: primeiro, com suas ideias, com suas palavras, com suas propostas, com seus próprios protestos; e, segundo, com sua presença física no espaço público da cidade. O primeiro ponto corresponde ao artigo 12 da Convenção sobre Direitos das Crianças, que diz que as crianças têm direito a expressar suas opiniões sempre que forem tomadas decisões que as afetam. E o segundo, responde especialmente ao artigo 31, o qual diz que a criança tem direito ao repouso, ao tempo livre, e a dedicar-se a brincar. O primeiro aspecto, digamos, é o aspecto mais político, a criança participa do governo da cidade, porque o prefeito da cidade assume que precisa de sua ajuda, a autoridade quer a participação da criança, pois pensamos que a contribuição fundamental das crianças é constituído da sua diversidade, do fato de que o adulto esqueceu de sua própria infância e, portanto, não sabem respeitá-la, não sabem representa-la, não sabem responder as suas exigências. O prefeito que escolhe entrar nesse projeto, é um prefeito que tem colaboradores, consultores, ministros, mas todos eles são adultos, e como são todos adultos, nenhum deles pode ajudar a conhecer e a interpretar a outra parte do mundo, que é o mundo da infância. As crianças trazem ao prefeito as ideias das crianças, e é importante que o prefeito e seus colaboradores saibam transformar essas ideias em política, porque isso as crianças não sabem fazer.

**C.P.F.V.:** Como escutar as crianças?

**F.T.:** Um problema muito importante é que escutar as crianças é difícil, porque não basta dizer «o que você pensa?», porque as crianças tenderão a responder o que pensam ser aquilo que pensamos nós, porque sabem que isso será premiado. Na escola, vai melhor quem repete aquilo que o professor fala, que do ponto de vista educativo é muito pobre, mas funciona. Essa é uma parte do raciocínio para compreender como se faz para chegar até o pensamento da criança. E depois, como se faz, para fazer com que esse pensamento da criança se transforme em uma política adulta.

Nós elaboramos uma estratégia de trabalho com as crianças, as crianças são escolhidas por sorteio para compor um Conselho, não segundo critérios de seleção como dos

adultos, com voto, com campanha eleitoral e coisas desse gênero. Elas permanecem no conselho por dois anos, são crianças de 8 a 10 anos, se reúnem frequentemente, recebem do prefeito o encargo de darem suas sugestões, e o prefeito empenha-se em escutá-las, isto, dizemos, é o primeiro bloco. Uma forma muito particular de participação é aquela que chamamos de «projetação participada», onde um grupo de crianças colaboram com um especialista, um arquiteto, um botânico, para o projeto do espaço público, dos serviços da rede urbana.

O segundo bloco, é aquele da autonomia das crianças, da possibilidade de viver uma experiência autônoma, sem o controle direto dos genitores, para poder viver a experiência de brincar. Aqui se abre um grande capítulo, é muito interessante, o artigo 31 diz que a criança tem direito à dedicar-se à brincadeira, seria como «empenhar-se em brincar», está descrito na forma de um compromisso, digamos, na Convenção se reconhece que o brincar é a experiência mais importante da infância, até mais importante que a escola. O problema é que nesse momento, em muitos países, a possibilidade de que as crianças brinquem é ausente, porque as crianças não podem sair de casa sozinhas. E isso é um problema enorme, porque é na brincadeira que se constrói o primeiro e grande aprendizado da vida.

Agora, uma Cidade das Crianças, é uma cidade onde as crianças possam brincar, ou seja, uma cidade *brincável*. O brincar está desaparecendo das cidades, por várias razões, e está sendo substituído por duas experiências alternativas: uma delas é todo o mercado de brinquedos, e a outra, são os espaços públicos destinados para as crianças brincarem, o escorregador, os balanços. O mercado de brinquedos não substitui o brincar, porque brincar é prevalentemente fantasia, agora, o brinquedo pode entrar na brincadeira, mas deve ser uma presença discreta, modesta. Quando pensamos, principalmente, no jogo eletrônico, o brinquedo de fato substitui o brincar. No caso do espaço, é um paradoxo, é um absurdo pensar que colocar uma criança para brincar no mesmo espaço, a mesma brincadeira, acompanhado de um adulto, possa ser brincar. Não tem nada a ver com isso, porque brincar é aventura, descoberta, envolve obstáculo, envolve risco, envolve prazer, envolve transgressão, então brincar é incompatível com o controle. Nós devemos deixar que as crianças brinquem, então a tarefa do adulto, e a tarefa da cidade, é fazer de modo que as crianças possam brincar, e que a família possa deixar as crianças brincarem.

Uma criança de Bogotá, de 9 anos, há bastante tempo em um dos encontros internacionais, disse que é importante se machucar para que se aprenda, eu gosto muito dessa frase, eu gostaria que a cidade das crianças fosse uma cidade onde as crianças pudessem se machucar, porque, é verdade, se machucar faz a criança se defender, se defender

quando se machuca e se defender para não se machucar, significa contar com a dor, porque se machucar faz sofrer, mas é importante que isso entre na vida da criança. Hoje, isso ocorre de forma tardia, lá para o fim da adolescência, e se a primeira experiência autônoma se faz na adolescência, pode ser uma experiência perigosa.

**C. P. F. V.:** Gostaria de perguntar sobre a interação das crianças que fazem parte do Conselho, qual o impacto quando as crianças não se conhecem, ou quando vêm de contextos familiares ou socioeconômicos diferentes, ou idades diferentes, quais os efeitos nas relações?

**F. T.:** Eu sou um grande defensor da diversidade, a diversidade é um valor, por exemplo, na escola eu sustento que as idades deveriam ser misturadas, fazer a classe com idades rigorosamente homogêneas é um equívoco, porque faz pensar que as crianças da sociedade são iguais, e isso traz a deformação das expectativas. Nós devemos partir da hipótese de que a criança é diversa de nós, tem direito à sua diversidade e deveria ser educada de acordo com a sua diversidade. E a contribuição das crianças se torna mais importante se as crianças são diferentes umas das outras. Nós queremos que no Conselho das Crianças, por exemplo, que é esse organismo que o prefeito consulta, que estejam presentes todos os componentes sociais da infância, garantimos que esteja em igual número meninos e meninas, porque é importante que seja assim, e tentamos representar a diversidade que está presente no território. É importante que a diversidade esteja representada no mundo infantil, para fazer os adultos entenderem quais são as coisas, na cidade, que devem ser mudadas para também receber as crianças. Nós não aceitamos a diversidade, nós quase saímos procurando, porque entendemos que a diversidade é um valor, aqui, a filosofia geral é de que, digamos, as crianças dão como sua principal contribuição a sua diversidade. Assim como as crianças são diversas dos adultos, é importante que no mundo interno das crianças esteja presente a diversidade entre crianças.

**C. P. F. V.:** Qual o envolvimento do Estado e da Iniciativa Privada no Projeto? Se ocorre, como se combina o envolvimento da Iniciativa Privada e da Iniciativa Pública?

**F. T.:** Direi que a primeira reflexão que devemos fazer, e muito importante, é que por trás do Projeto tem uma normativa jurídica muito relevante, que é a Convenção sobre os Direitos das Crianças. A primeira coisa que devemos pretender é que a Convenção seja conhecida e respeitada, essas duas coisas são muito ligadas entre si, porque a Convenção, há mais de 30 anos em operação, vive algumas contradições impressionantes, a primeira contradição é que essa convenção está ratificada em quase todo Estado do

mundo, agora, se a ratificação da Convenção fosse um ato responsável, de uma democracia madura, o problema da infância no mundo seria resolvido, porque todos os Estados do mundo seriam empenhados em respeitar aqueles artigos. Agora, o que significa ter ratificado a Convenção? É difícil de entender. Por um lado, todos os Estados são empenhados em respeitar a Convenção, mas, ao mesmo tempo, nenhum Estado a respeita realmente. Outra contradição se encontra no que estabelece o Artigo 42 da Convenção, o qual diz que o Estado deve se empenhar em fazer conhecer o conteúdo dessa Convenção, de maneira aprofundada, por parte das crianças e por parte dos adultos, e isso, que eu saiba, não está feito. Ou seja, a Convenção é substancialmente desconhecida, então, é difícil de pensar que seja respeitada, então direi que o primeiro ponto de que devemos nos ocupar, é que esse tratado internacional de alto nível jurídico seja respeitado, seja conhecido e respeitado. Bem, como disse antes, o Projeto vem como assunto dos decisores, do prefeito, que o assume como seu projeto político, e vem ratificado do conselho municipal, e isso é muito importante porque é onde deve ser aprovado como um discurso também da minoria, com a oposição, de modo a haverem maiores garantias de continuar no tempo, mesmo no caso de mudança política. Nesse momento, a gestão do projeto vem do município, da cidade, que obviamente, então, tem que escolher, assim nós sugerimos, aliados. Aliados da cidadania menos precários, porque a cidade tem o ponto de fragilidade da política, na Itália, a cada cinco anos se vota no Prefeito, e esse pode mudar. Para evitar que com a data limite do mandato do prefeito haja o risco de perder o Projeto, nós queremos que ele seja compartilhado com outras entidades que não sejam frágeis em sua continuidade. Por exemplo, o primeiro aliado que nós sugerimos é a Universidade, e, acima da Universidade, as Associações, acima das Associações, a Escola, e uma série de estruturas do território, que podem ser tanto públicas, quanto privadas, como as Fundações; o importante é que compartilhem da filosofia do Projeto.

**C. P. F. V.:** Para finalizar, como a dimensão da Cidade pode influenciar no funcionamento do projeto, pensando, comparativamente, a cidade de Fano, que é uma cidade de pequeno porte, e uma grande metrópole, como São Paulo, por exemplo?

**F. T.:** Direi que é um problema, mas é um problema relativo. O principal problema que se coloca quando falamos de cidades pequenas, que são modelos de transformações urbanísticas muito importantes, sempre se diz: «mas aquela cidade é pequena, e nós somos uma grande cidade». Eu creio que um dos modos de interpretar a cidade é a partir do bairro, não a partir da grande cidade. Então São Paulo, que eu não conheço, mas trabalhei com Bogotá, ou com Lima, ou com Buenos Aires, que são cidades de milhões de habitantes... Nós podemos dizer que aquela cidade não é de 15 milhões de habitantes,

mas de 100 mil habitantes, que são os habitantes do bairro, então podemos pensar em como deveria ser um bairro, e não uma cidade de 15 milhões de habitantes. Como deveria ser uma cidade com 15 milhões de habitantes eu não sei, mas como deve ser um bairro, eu sei. Como devem ser criados os relacionamentos, a mobilidade sustentável em um bairro, posso dizer essas coisas. Em um bairro se deve andar a pé, não se deve andar de automóvel. E no bairro está a escola, está o correio, a igreja, tem negócios; as pessoas podem viver dentro do seu bairro, e em um modo de relacionamento direto, e é compreensível por parte das crianças. Trabalhamos com essa dimensão e depois *multiplicamos* essa dimensão, como módulos em toda a cidade. Agora, se devemos pensar, por exemplo, no conselho das crianças, não podemos pensar no conselho das crianças de São Paulo, porque uma criança não sabe, não consegue compreender o que significa *São Paulo*, o adulto também não consegue compreender, uma criança conhece o seu bairro. Eu daria a sugestão ao prefeito de observar a vida do seu bairro, pois, como dissemos antes, será tarefa do político interpretar a exigência de uma criança em seu bairro, e traduzir nas exigências dos cidadãos de sua cidade, da grande cidade. Então, o problema da dimensão da cidade existe, mas é um problema relativo.

**C.P.F.V.:** Professor Tonucci, agradeço a oportunidade dessa conversa.